que, durante a análise do recurso, haverá perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, razão pela qual deixo para apreciar, por ora, o pedido, que será reexaminado após a vinda das contrarrazões ou o término do respectivo prazo. Intime-se a agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC.

006. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0038459-42.2018.8.19.0000 Assunto: Enriquecimento sem Causa / Atos Unilaterais / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 4 VARA CÍVEL Ação: 0125032-47.1999.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00396484 - AGTE: PAULO MARCIO AMARAL ADVOGADO: PAULO MÁRCIO AMARAL OAB/RJ-067799 AGDO: ESPOLIO DE ALTAMIR MORAES LEAL REP/P/S/INV/MIOMIR DAVIDOVIC LEAL AGDO: JELENA DAVIDOVIC LEAL ADVOGADO: JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES OAB/RJ-026200 ADVOGADO: MIOMIR DAVIDOVIC LEAL OAB/RJ-097890 ADVOGADO: IGOR PEÇANHA COUTO ALVES OAB/RJ-179878 INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CONDE DO RECREIO ADVOGADO: BERNARDO ALVES DEMETRIO FERREIRA OAB/RJ-174854 INTERESSADO: LAILA ZELKOVICZ ERTLER ADVOGADO: LUCIANO PORTO PORTELLA OAB/RJ-141082 **Relator: DES. MARIA REGINA FONSECA NOVA ALVES** DESPACHO: (...) Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões e juntar as peças que entender convenientes (...) Após, intimem-se os Interessados, para, caso queiram, se manifestarem (...)

007. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0037689-49.2018.8.19.0000 Assunto: Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: JACAREPAGUA REGIONAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0041616-64.2016.8.19.0203 Protocolo: 3204/2018.00388331 - AGTE: PRISCILA ISABELE DA SILVA ADVOGADO: MARIO ANI CURY FILHO OAB/RJ-072331 ADVOGADO: RACHEL MARTINS ANI CURY OAB/RJ-166010 AGDO: CONDOMÍNIO SPAZIO RIO STAR ADVOGADO: MARCELO ALVAREZ ROCHA MEIRELLES OAB/RJ-145230 **Relator: DES. MARIA REGINA FONSECA NOVA ALVES** DESPACHO: (...) À Secretaria para certificar se a GRERJ Eletrônica de nº 705150813116 foi paga (...) Em caso negativo, ou tendo ocorrido o pagamento a menor, intime-se a Agravante para efetuar o devido preparo recursal, ou a sua complementação, no prazo legal, sob pena de não ser conhecido (...)

Décima Sétima Câmara Civil

id: 3047802

*** DGJUR - SECRETARIA DA 17ª CÂMARA CÍVEL ***

CONCLUSÕES DE ACÓRDÃO

001. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0009100-47.2018.8.19.0000 Assunto: Inventário e Partilha / Sucessões / DIREITO CIVIL Origem: ILHA DO GOVERNADOR REGIONAL 1 VARA CÍVEL Ação: 0004628-52.2004.8.19.0207 Protocolo: 3204/2018.00092754 - AGTE: MARGARETE GONCALVES PEREIRA AGTE: EDUARDO DA CONCEICAO PEREIRA AGTE: CARLOS EDUARDO LITO PEREIRA AGTE: LUIZ EDUARDO FARIAS PEREIRA AGTE: MARIA MANOELA SARMENTO DUTRA ADVOGADO: PAULO CESAR TEIXEIRA DA CRUZ FILHO OAB/RJ-103762 ADVOGADO: LUCIANA FORTES FARAH TEIXEIRA DA CRUZ OAB/RJ-112753 **Relator: DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE** Ementa: A C Ó R D Ã OSUCESSÕES. INVENTÁRIO. PROCESSO EM TRÂMITE HÁ MAIS DE 12 ANOS. DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO RGI PARA REGISTRO DE FORMAL DE PARTILHA. - Insurgem-se os agravantes contra decisão que indeferiu o pedido de expedição de ofício ao 11º Registro Geral de Imóveis para a realização do registro do formal de partilha expedido nos autos do processo de inventário.- Inicialmente, deve-se frisar que os oficiais de registro têm o dever de fiscalizar o pagamento dos impostos devidos, podendo, inclusive, recusar o registro do formal de partilha em razão da necessidade de complementação dos impostos devidos. - Com efeito, mesmo após a expedição do formal de partilha, deverá o oficial do registro de imóveis verificar se todos os impostos foram recolhidos, sob pena de responsabilidade pessoal e solidária, nos termos do artigo 134, VI, do Código Tributário Nacional.- A insurgência dos Agravantes se deve à injustificada negativa da Fazenda Estadual em conferir a necessária quitação dos impostos comprovadamente já pagos nos autos do inventário, bem como a negativa do MM. Juízo de piso em deferir o registro, mesmo ciente do recolhimento dos impostos e da negativa injustificada da Fazenda.- Tal inconformismo toma relevo ao se perceber que o tempo de duração do presente inventário já dura 12 anos, sem conseguir levar a efeito o formal de partilha expedido, mesmo já tendo recolhido todos os impostos devidos, à exceção do mencionado quinhão.- Assim, em observância aos princípios da economia processual e da razoável duração do processo, não se justifica a paralisação do inventário e a não transmissão da propriedade após 10 longos anos de trâmite do referido processo, sendo perfeitamente cabível que se determine, nestes autos, a expedição de ofício ao RGI como pleiteado pelos agravantes, haja vista a inexistência de provas que atestem o descumprimento de deveres por parte da inventariante.PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des Relator.

002. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0028529-97.2018.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: TERESOPOLIS 2 VARA CÍVEL Ação: 0005622-42.2018.8.19.0061 Protocolo: 3204/2018.00291466 - AGTE: AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A ADVOGADO: CONRADO VAN ERVEN NETO OAB/RJ-066817 AGDO: TERESINHA DE JESUS ARAÚJO ÂNGELO ADVOGADO: MARCELO GONCALVES DE CARVALHO OAB/RJ-084309 **Relator: DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE** Ementa: CONSUMO. NEGATIVA DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE. DECISÃO QUE DEFERIU REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA DETERMINAR QUE O AGRAVANTE DISPONIBILIZE OS TRATAMENTOS NECESSÁRIOS AO PRONTO RESTABELECIMENTO DA SAÚDE DA AGRAVADA. PACIENTE DIAGNOSTICADA COM QUADRO DE HIPERTENSÃO, DIABETES TIPO II, E ESTENOSE AÓRTICA GRAVE, COM INDICAÇÃO PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, PARA COLOCAÇÃO DE VÁLVULA CARDÍACA. ENUNCIADO Nº 340, DA SÚMULA DESTA CORTE. ROL DE COBERTURAS DA ANS QUE POSSUI CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO, COMPETINDO AO MÉDICO A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO A SER ADOTADO E NÃO AO PLANO DE SAÚDE. PERIGO DE DANO DECORRENTE DO FRÁGIL ESTADO DE SAÚDE DA PACIENTE. IRREVERSIBILIDADE RECÍPROCA. INDISPONIBILIDADE DO DIREITO À SAÚDE.CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des Relator.